

# Funaro prevê quebras se salário duplicar

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, disse ontem que o salário-mínimo, no momento, não poderia ter o seu valor duplicado, sob pena de quebrar alguns estados e municípios, e elevar a inflação. "Todos nós achamos que o salário mínimo é defasado e baixo, mas representa 37% da folha de pagamento do Brasil. Portanto, quando se aumenta o mínimo numa proporção muito rápida ele provoca uma força na base da pirâmide de salários, que repercute num processo inflacionário", justificou.

Funaro ressaltou que o governo manterá a sua intenção de dar, gradativamente, ao salário mínimo uma condição melhor do que a condição dos demais salários. Para ele, a indexação da economia impedia o fortalecimento do salário mínimo, pois qualquer reflexo no mesmo era transmitido para o restante da economia.

A duplicação do salário mínimo, segundo o ministro, seria uma conquista muito rápida para alguns setores e para a metade da economia "não aconteceria nada". Ele destacou que algumas regiões do país estão pagando 2,5 salários mínimos, o que demonstra uma estabilidade econômica. "O Brasil é complexo e heterogêneo e precisamos cuidar do país como um todo. O importante é que o mercado de trabalho

pague mais que o salário mínimo e assim o trabalhador estará protegido", acrescentou.

O ministro acredita que as condições ideais para uma boa negociação entre os setores da economia seriam o controle da inflação, dentro de um processo de crescimento e com o desemprego contido.

## Câmbio

Com relação ao câmbio, Funaro enfatizou que a intenção do governo é mantê-lo com desvalorizações diárias. De acordo com ele, a aceleração das minidesvalorizações dependerá dos próximos índices inflacionários. "Se a inflação disparar, as minidesvalorizações serão aceleradas. Se a inflação se mantiver em níveis estáveis as minidesvalorizações terão que ser contidas.

Quanto aos juros, o ministro afirmou que o tratamento adequado para a sua queda só será conhecido a partir dos resultados da negociação entre trabalhadores, governo e empresários. "O juro representa muito a expectativa da inflação. Se o resultado dos entendimentos for positivo, isso representará que nos meses seguintes a tendência é de queda na inflação. Assim, no momento em que se dá uma trégua de 90 dias, automaticamente não há motivo para que o juro seja alto", disse.